



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com base na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 11.788/2008 (Lei de Estágio), e demais normativos complementares aplicáveis. Este procedimento servirá para a formalização do processo de contratação, conforme os termos do art. 1º, §1º, art. 28, inciso II e art. 32, §1º da Lei nº 14.133/2021, com o critério de menor preço para a aquisição de serviço comum. O processo administrativo correlato é o nº 193/2025.

Salvador

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

### 1.1. Objeto da Contratação:

Contratação de serviços especializados para intermediação de estágio no Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA), em conformidade com a Lei nº 11.788/2008. A empresa contratada atuará como agente de integração, sendo responsável por todas as etapas do processo de estágio, incluindo recrutamento, seleção, formalização do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), acompanhamento dos estagiários, elaboração de relatórios e disponibilização de sistema informatizado para gestão dos estagiários.

Os serviços serão prestados de forma **não contínua**, conforme a demanda do COREN-BA, sendo contratados por **escopo**, com a especificação das atividades a serem executadas durante o período de execução do contrato.

#### 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de intermediação de estágio	15156	Estágio	50 vagas	R\$ 158,71	R\$ 7.935,50/mês



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANTIDADE TOTAL
1	Intermediação de estágio	Estágio	29	50	50

### 1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do **Estudo Técnico Preliminar**, já que a atividade de intermediação de estágio é usual e amplamente praticada, com modelos bem estabelecidos de execução. O fato de os **modelos de execução estarem bem estabelecidos** reforça que o serviço é simples em termos de complexidade, já que há **protocolos e métodos** amplamente aceitos e implementados em diversas instituições, incluindo o COREN-BA..

### 1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução:

O serviço descrito neste termo será executado de forma **não contínua**, sendo contratado por **escopo**. A intermediação de estágio será realizada conforme a demanda específica do **COREN-BA**, sem necessidade de continuidade durante um período fixo.

Cada ciclo de estágio será ajustado conforme as **vagas disponíveis**, de acordo com a necessidade do órgão no momento. Isso significa que o contrato não exige uma execução contínua, mas será modular, com a execução sendo definida conforme a necessidade de alocação de estagiários em períodos específicos.

Esse modelo de execução proporciona maior flexibilidade para o COREN-BA, pois permite a adaptação do serviço necessidade e à demanda real, sem a obrigação de um fornecimento contínuo e fixo de estagiários, o que é mais adequado a programas que apresentam variações nas vagas e na duração das necessidades ao longo do tempo.

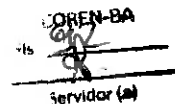
### 1.4. Prazo de vigência:

O prazo de vigência da contratação é de **5 anos**, contados da **assinatura do contrato**, conforme os artigos 106 e 107 da **Lei nº 14.133/2021**. Este prazo pode ser prorrogado por até **10 anos**, conforme as condições estabelecidas pela legislação vigente.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Fundamentação da Contratação:

A necessidade de contratar uma **empresa especializada na intermediação de estágio** para o **Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA)** justifica-se pela demanda contínua



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

de estagiários para as áreas operacionais e administrativas do órgão, conforme estipulado pela Lei nº 11.788/2008, que regula as atividades de estágio no Brasil.

A intermediação de estágio é essencial para o cumprimento da missão institucional do COREN-BA, permitindo que estudantes de diversas áreas tenham a oportunidade de obter formação prática supervisionada, ao mesmo tempo que o Conselho obtém suporte adicional nas suas atividades administrativas e operacionais. Este processo também contribui para a inclusão de novos profissionais nas áreas da saúde e correlatas, promovendo a qualificação de futuros profissionais.

### 2.2. Justificativa para a Contratação:

A contratação de uma empresa especializada para intermediar os estágios no COREN-BA é imprescindível para garantir que o programa de estágio seja realizado em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, assegurando:

- **Qualidade e conformidade legal** na execução do estágio, tanto para os estagiários quanto para o COREN-BA;
- **Eficiência na execução das atividades administrativas e operacionais**, com suporte contínuo por meio da alocação de estagiários em diferentes áreas;
- **Capacitação de estagiários**, proporcionando formação prática supervisionada, alinhada aos projetos pedagógicos dos cursos dos estagiários e às necessidades do COREN-BA;

A empresa contratada será responsável por garantir a **organização do programa de estágio**, com a **seleção dos estagiários**, a **formalização do Termo de Compromisso de Estágio (TCE)** e o **acompanhamento contínuo** da performance dos estagiários, além de fornecer os relatórios necessários ao COREN-BA.

### 2.3. Descrição da Solução como um Todo:

A solução adotada será a **contratação de uma empresa especializada** que atuará como **agente de integração**, com as seguintes responsabilidades principais:

- **Recrutamento e seleção** de estagiários, conforme as necessidades do COREN-BA e os perfis solicitados pelas instituições de ensino;
- **Formalização do Termo de Compromisso de Estágio (TCE)** com a instituição de ensino, o estagiário e o COREN-BA;
- **Gestão do seguro obrigatório** contra acidentes pessoais para todos os estagiários, conforme estipulado pela Lei nº 11.788/2008;
- **Acompanhamento e avaliação periódica** do desempenho dos estagiários, com a emissão de relatórios de frequência e desempenho;
- **Fornecimento de sistema informatizado** que permita o acompanhamento em tempo real das atividades e progresso dos estagiários, além de fornecer relatórios detalhados à administração do COREN-BA.

A empresa contratada será responsável também por garantir toda a infraestrutura necessária para a execução do programa de estágio, incluindo plataformas de gerenciamento, acompanhamento e controle, com total transparência para o COREN-BA.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

### 2.4. Justificativas para a Quantidade de Estagiários:

- A quantidade de estagiários necessária para a execução do programa será de **50 vagas**, conforme a demanda do COREN-BA para o ano de execução do contrato. Este número será ajustado conforme a necessidade do órgão, podendo variar ao longo do período de vigência do contrato, conforme a evolução da demanda de estagiários nas diversas áreas de atuação do COREN-BA, conforme especificado no **ETP** no item 1 subitem 3.1

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

#### 3.1. Descrição da Solução:

A **solução proposta para a contratação de serviços de intermediação de estágio** será detalhada de forma pormenorizada no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que constitui um apêndice deste Termo de Referência. O ETP servirá como base para a escolha da empresa especializada, que atuará como **agente de integração**, conforme estabelecido pela **Lei nº 11.788/2008**. O ciclo de vida do objeto, considerando as fases da contratação e execução do estágio, será dividido nas seguintes etapas:

#### 1. Recrutamento e Seleção de Estagiários:

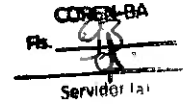
A empresa contratada será responsável pela **seleção e recrutamento** dos estagiários, em conformidade com os requisitos exigidos pelo COREN-BA e os projetos pedagógicos das instituições de ensino. Este processo está de acordo com o **Art. 3º da Lei nº 11.788/2008**, que estabelece que o estágio deve ser compatível com o curso do estudante e com as exigências da instituição de ensino. A escolha dos candidatos também será feita em respeito aos critérios de **inclusão e diversidade** previstos na legislação.

#### 2. Formalização do Termo de Compromisso de Estágio (TCE):

Em conformidade com o **Art. 2º, §1º da Lei nº 11.788/2008**, a empresa contratada será responsável por formalizar o **Termo de Compromisso de Estágio (TCE)** entre o estagiário, a instituição de ensino e o COREN-BA. O TCE deve conter a descrição das atividades que serão realizadas, a carga horária e a supervisão acadêmica e institucional, conforme o **Art. 3º da Lei nº 11.788/2008**, e deverá ser assinado por todas as partes envolvidas.

#### 3. Gestão do Seguro Obrigatório:

O **COREN** (Conselho Regional de Enfermagem), na qualidade de parte concedente, deverá contratar e gerenciar o seguro contra acidentes pessoais para os estagiários, conforme o disposto no **Art. 9º da Lei nº 11.788/2008**.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

### 4. Acompanhamento e Avaliação dos Estagiários:

Durante o período do estágio, a empresa contratada será responsável pelo **acompanhamento contínuo** dos estagiários, conforme os requisitos do **Art. 3º, § 1º da Lei nº 11.788/2008**, que determina que o estágio deve ser supervisionado tanto pela instituição de ensino quanto pela parte concedente (no caso, o COREN-BA). A empresa deverá fornecer relatórios periódicos de **frequência e desempenho**, permitindo que o COREN-BA acompanhe o desenvolvimento dos estagiários. Também será responsabilidade da empresa garantir que os estagiários recebam feedback contínuo sobre seu desempenho, conforme o **Art. 6º da Lei nº 11.788/2008**.

### 5. Sistema de Gestão Informatizado:

A empresa contratada deverá fornecer um **sistema informatizado** para o **controle e acompanhamento** do estágio, permitindo que o COREN-BA tenha acesso a dados atualizados sobre a frequência, avaliação de desempenho e o cumprimento das atividades de estágio. Este sistema será alinhado ao **Art. 9º, § 2º da Lei nº 11.788/2008**, que enfatiza a necessidade de gestão e acompanhamento contínuo durante o período de estágio.

### 6. Encerramento do Estágio:

Ao final do estágio, a empresa será responsável por garantir que todos os documentos necessários para o **encerramento do contrato de estágio** sejam formalizados corretamente, conforme o **Art. 10 da Lei nº 11.788/2008**, que exige a entrega de relatório final de atividades e o **certificado de conclusão do estágio**. A empresa também deve assegurar que o estagiário seja liberado para cumprir as condições estipuladas no TCE, como o **recesso remunerado** de 30 dias, caso o estágio tenha duração superior a um ano, conforme o **Art. 13 da Lei nº 11.788/2008**.

A execução dessas etapas será monitorada pelo COREN-BA, que acompanhará os resultados por meio dos relatórios fornecidos pela empresa contratada e pela supervisão interna do programa de estágio.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1. Requisitos Mínimos para a Prestação dos Serviços:

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos para garantir a execução eficiente e legal dos serviços de **agenciamento, integração e intermediação de estágios** no **Conselho Regional de Enfermagem da Bahia (COREN-BA)**:

#### 1. Experiência Comprovada:

A empresa contratada deverá comprovar, por meio de documentos, que possui **experiência mínima de 2 anos** na intermediação de estágios em **órgãos públicos** ou em **instituições de ensino superior**, conforme exigido pela **Lei nº 11.788/2008**, que regula a prática de estágio no Brasil.

#### 2. Capacidade Técnica e Infraestrutura:

A empresa deverá dispor de infraestrutura suficiente para garantir o atendimento contínuo às



### CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

necessidades do COREN-BA, incluindo um **sistema informatizado** para a gestão dos estagiários, conforme estipulado pelo **Art. 9º, § 2º da Lei nº 11.788/2008**, que prevê a necessidade de acompanhamento contínuo das atividades dos estagiários.

3. **Conformidade com a Legislação:**

A empresa contratada deve cumprir todas as exigências da **Lei nº 11.788/2008**, especialmente quanto à **formalização do Termo de Compromisso de Estágio (TCE)** entre os estagiários, as instituições de ensino e o COREN-BA. O TCE deve assegurar a compatibilidade das atividades com o curso do estudante e garantir a supervisão acadêmica e institucional, conforme o **Art. 3º da Lei nº 11.788/2008**.

4. **Acompanhamento e Avaliação dos Estagiários:**

A empresa contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos de **frequência e desempenho** dos estagiários, conforme o **Art. 3º, § 1º da Lei nº 11.788/2008**, que exige o acompanhamento contínuo por parte da parte concedente (COREN-BA) e da instituição de ensino. A empresa deve fornecer feedback regular aos estagiários e ao COREN-BA.

5. **Documentação e Encerramento do Estágio:**

A empresa deverá garantir que todos os documentos necessários ao **encerramento do estágio** sejam devidamente formalizados, incluindo os **relatórios finais de atividades** e a **entrega do certificado de conclusão** ao estagiário, conforme o **Art. 10 da Lei nº 11.788/2008**, que estabelece a necessidade de documentação formal ao término do estágio.

#### 4.2. Exigências Específicas para a Execução do Contrato:

1. **Central de Atendimento:**

A empresa contratada deverá manter uma **Central de Atendimento**, com canais de contato ativo (telefone e e-mail), para o atendimento das demandas do COREN-BA, exclusivamente por funcionários autorizados, conforme a necessidade do programa de estágio.

2. **Sistema de Acompanhamento de Estágio:**

A contratada deverá disponibilizar um sistema informatizado de gestão de estagiários, permitindo o acompanhamento em tempo real de todas as informações relacionadas ao estágio (frequência, desempenho, evolução das atividades, etc.), em conformidade com o **Art. 9º da Lei nº 11.788/2008**.

3. **Monitoramento de Conformidade:**

A contratada deverá realizar verificações periódicas sobre o cumprimento dos requisitos legais e do Termo de Compromisso de Estágio, com relatórios de avaliação enviados ao COREN-BA.

4. **Capacitação Contínua:**

A empresa deverá garantir que seus funcionários envolvidos no processo de intermediação de estágio sejam devidamente capacitados para o atendimento das exigências do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e da **Lei nº 11.788/2008**, além de manter atualizados os processos de recrutamento e seleção de estagiários.

#### 4.3. Responsabilidades do COREN-BA:

1. **Fornecimento de Informações:**

O COREN-BA será responsável por fornecer à contratada todas as informações necessárias à realização dos estágios, incluindo dados sobre as áreas de atuação e as especificações dos cursos.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

### 2. Supervisão dos Estágios:

O COREN-BA designará responsáveis internos para o acompanhamento contínuo dos estagiários, garantindo que as atividades desenvolvidas estejam de acordo com as exigências da **Lei nº 11.788/2008** e as condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio.

### 3. Assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE):

O COREN-BA será responsável pela assinatura dos **Termos de Compromisso de Estágio** juntamente com as partes envolvidas, assegurando que todos os requisitos sejam cumpridos.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Tipo de Execução do Serviço:

A execução do serviço será realizada de forma **não contínua**, com base em **escopo**, conforme definido pela **Lei nº 14.133/2021**. O objeto da contratação, que é a **prestação de serviços de agenciamento, integração e intermediação de estágios**, será executado conforme as necessidades do COREN-BA e a demanda dos estagiários a serem alocados. As atividades serão realizadas por períodos determinados de acordo com a disponibilidade de vagas e as exigências do COREN-BA.

### 5.2. Processo de Execução:

A execução do serviço envolverá as seguintes etapas:

#### 1. Recrutamento e Seleção de Estagiários:

A empresa contratada será responsável por realizar o **recrutamento e seleção** dos estagiários, de acordo com os critérios definidos pelo COREN-BA e as exigências das instituições de ensino, conforme os **Art. 2º e 3º da Lei nº 11.788/2008**. A empresa deve garantir que as atividades de estágio estejam **compatíveis com o curso** do estudante e que o estagiário receba a **supervisão adequada** durante o período de estágio.

#### 2. Formalização do Termo de Compromisso de Estágio (TCE):

A empresa contratada será responsável pela formalização do **Termo de Compromisso de Estágio (TCE)**, documento exigido pela **Lei nº 11.788/2008**, que deve ser assinado entre o estagiário, a instituição de ensino e o COREN-BA, formalizando as condições e as atividades a serem realizadas durante o estágio, assim como a carga horária e o acompanhamento do estagiário.

#### 3. Gestão do Seguro Obrigatório:

Em conformidade com o **Art. 9º da Lei nº 11.788/2008**, a empresa contratada será responsável pela contratação e gestão do **seguro contra acidentes pessoais** para os estagiários, garantindo que todos os estagiários estejam devidamente cobertos durante o período de estágio.

#### 4. Acompanhamento e Avaliação dos Estagiários:

A empresa contratada deverá realizar o **acompanhamento contínuo** dos estagiários, garantindo que suas atividades estejam de acordo com os termos acordados e a legislação vigente. Relatórios periódicos de **frequência e desempenho** serão fornecidos ao COREN-BA, em conformidade com o **Art. 3º, §1º da Lei nº 11.788/2008**. A empresa também será responsável por fornecer feedback contínuo para os estagiários.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

### 5. Sistema Informatizado de Gestão:

A empresa contratada deverá disponibilizar um **sistema informatizado** para o **controle e monitoramento** dos estagiários, conforme o **Art. 9º da Lei nº 11.788/2008**. Este sistema permitirá ao COREN-BA o acompanhamento em tempo real das atividades dos estagiários e a gestão da informação de forma eficiente.

### 6. Encerramento do Estágio:

Ao final do estágio, a empresa contratada será responsável pela **formalização do encerramento** do estágio, incluindo a emissão de relatórios finais e a entrega dos **certificados de conclusão de estágio**, conforme o **Art. 10 da Lei nº 11.788/2008**. A empresa também deverá garantir que o estagiário tenha direito ao **recesso remunerado**, quando aplicável, conforme o **Art. 13 da Lei nº 11.788/2008**, para estágios com duração superior a um ano.

### 5.3. Supervisão e Monitoramento pelo COREN-BA:

O COREN-BA será responsável pela **supervisão contínua** do programa de estágio, acompanhando as atividades de recrutamento, seleção, acompanhamento dos estagiários, avaliação de desempenho e cumprimento das obrigações contratuais. O acompanhamento será feito por meio dos **relatórios de desempenho** fornecidos pela empresa contratada, com revisões periódicas para garantir que as atividades dos estagiários estejam sendo realizadas conforme o estabelecido na **Lei nº 11.788/2008** e no Termo de Compromisso de Estágio.

### 5.4. Alterações no Modelo de Execução:

Quaisquer modificações no modelo de execução, incluindo ajustes no número de estagiários ou nas áreas de atuação, poderão ser realizadas conforme as necessidades do **COREN-BA**, desde que respeitada a **legislação vigente**. Tais alterações deverão estar em conformidade com as **proporções estipuladas pelo Art. 17 da Lei nº 11.788/2008**, que regula o número de estagiários em relação ao quadro de pessoal da parte concedente.

Além disso, qualquer alteração que envolva a modificação do número de estagiários exigirá a **formalização de um novo Termo de Compromisso de Estágio (TCE)**, conforme previsto no **Art. 16 da Lei nº 11.788/2008**, que deverá ser assinado pelo estagiário, pela parte concedente e pela instituição de ensino. A atuação dos agentes de integração, como representantes de qualquer uma das partes, é vedada, conforme disposto na legislação.

Essas alterações serão acordadas entre as partes envolvidas e devidamente documentadas de forma formal, seguindo os trâmites legais para garantir a conformidade com a **Lei nº 11.788/2008** e a regulamentação vigente.

### 5.5. Cumprimento das Normas Legais:

Durante a execução do serviço, a empresa contratada deverá garantir a **observância de todas as disposições legais** relativas ao estágio, especialmente a **Lei nº 11.788/2008**. Isso inclui o





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

cumprimento das obrigações de **segurança, saúde e bem-estar dos estagiários**, conforme disposto na **Lei nº 11.788/2008**, e garantir que os estagiários sejam tratados com a devida **responsabilidade jurídica**.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

#### 6.1. Execução do Contrato:

O contrato deverá ser executado **fielmente pelas partes**, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**. Cada parte será responsável pelas consequências de sua **inexecução total ou parcial**, incluindo a aplicação de sanções, conforme determinado no contrato e nas legislações pertinentes.

#### 6.2. Impedimentos e Paralisação do Contrato:

Em caso de **impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato**, o **cronograma de execução** será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente. Tais circunstâncias serão registradas por meio de **apostila**, garantindo a devida formalização e ajuste do contrato.

#### 6.3. Comunicação Entre as Partes:

As **comunicações** entre o órgão contratante e o contratado deverão ser realizadas **por escrito**, sempre que exigido pela formalidade do ato. Em casos apropriados, será permitido o uso de **mensagens eletrônicas utilizando sempre de meios institucionais** para a comunicação.

#### 6.4. Convocação do Preposto da Empresa:

O **COREN-BA** poderá convocar o **preposto da empresa contratada** para a **adoção de providências** que precisem ser cumpridas de imediato, garantindo agilidade na resolução de questões operacionais.

#### 6.5. Reunião Inicial de Apresentação do Plano de Fiscalização:

Após a assinatura do contrato, o **COREN-BA** poderá convocar o representante da empresa contratada para uma **reunião inicial**. Esta reunião tem como objetivo apresentar o **plano de fiscalização**, incluindo informações sobre:

- **Obrigações contratuais,**
- **Mecanismos de fiscalização,**
- **Estratégias para execução do objeto,**
- **Plano complementar de execução, quando houver,**
- **Métodos de aferição dos resultados,**
- **Sanções aplicáveis, entre outros aspectos relevantes.**

#### 6.6. Fiscalização da Execução do Contrato:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

A execução do contrato será **acompanhada e fiscalizada** pelos fiscais do contrato ou pelos respectivos substitutos, com a supervisão contínua do gestor do contrato e das condições de cumprimento e dos resultados do objeto.

### 6.7. Fiscalização :

O **fiscal** será responsável por acompanhar a execução do contrato, garantindo que todas as **condições estabelecidas** sejam cumpridas e que os resultados sejam **otimizados para a Administração**. O fiscal anotará **ocorrências relacionadas à execução**, detalhando as ações necessárias para regularizar qualquer falha ou defeito.

### 6.8. Notificação de Irregularidades:

Caso o fiscal identifique **inexatidões ou irregularidades** durante a execução, ele deverá emitir **notificações** à empresa contratada, determinando um prazo para correção.

### 6.9. Ações em Caso de Irregularidades:

Quando forem identificadas falhas significativas ou que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal **informará ao gestor do contrato**, que tomará as medidas necessárias para sanear a situação.

### 6.10. Comunicação de Término do Contrato:

Quando o contrato chegar ao fim ou estiver prestes a ser encerrado, o fiscal deverá **informar o gestor do contrato em tempo hábil**, de modo que a renovação ou prorrogação contratual, se necessária, seja realizada adequadamente.

### 6.11. Fiscalização da Execução do Serviço:

A fiscalização de execução do serviço abrange uma série de rotinas, incluindo o acompanhamento da **qualidade técnica** da execução, a conformidade com as condições contratuais e a **responsabilidade** do contratado por eventuais falhas ou defeitos no serviço prestado.

### 6.12. Responsabilidade do Contratado:

A **fiscalização não exime a responsabilidade** do contratado sobre qualquer **irregularidade**, como falhas técnicas, vícios ou o uso de material inadequado, conforme previsto no contrato. O **COREN-BA** não será corresponsável pelas falhas ou defeitos observados na execução.

### 6.13. Obrigações Trabalhistas e Sociais:

A fiscalização também observará o cumprimento das **obrigações trabalhistas e sociais** por parte do contratado, conforme a legislação vigente, incluindo a **Consolidação das Leis do Trabalho**



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA**  
(CLT) e a Lei nº 11.788/2008. A contratada deverá apresentar periodicamente **documentos comprovando o cumprimento das obrigações trabalhistas**, como **guia de recolhimento do FGTS e comprovantes de salários**.

#### **6.14. Regularização de Condições de Habilitação:**

O **fiscal** poderá identificar, ao longo da execução do contrato, a necessidade de regularização das **condições de habilitação** da empresa contratada. Caso o contratado não regularize sua situação, o **COREN-BA** poderá adotar as medidas cabíveis, como a retenção de pagamentos ou a **rescisão contratual**, conforme previsto na **Lei nº 14.133/2021**.

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### **7.1. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**

A avaliação da execução do objeto será realizada utilizando o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que será a base para a aferição da **qualidade da prestação dos serviços** ou, alternativamente, será feito por meio de outro **instrumento substituto**, conforme o estabelecido no ETP. O **IMR** permitirá monitorar a entrega do serviço e a **qualidade do desempenho do contratado**, com base nas exigências detalhadas no ETP.

#### **7.2. Retenção ou Glosa no Pagamento**

Em conformidade com o **ETP**, será aplicada a **retenção ou glosa** no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das **sanções cabíveis**, nas seguintes situações:

- **7.2.1.** Caso o contratado não tenha produzido os **resultados acordados**, conforme especificado no **ETP**;
- **7.2.2.** Caso o contratado tenha deixado de **executar ou não executado com a qualidade mínima exigida** as atividades contratadas, conforme definido no **ETP**;
- **7.2.3.** Caso o contratado tenha **deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos** para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com **qualidade ou quantidade inferior** à demandada, conforme as especificações do **ETP**.

#### **7.3. Utilização Concomitante de Outros Mecanismos**

A utilização do **IMR** não impede a aplicação concomitante de outros **mecanismos** para avaliação da prestação dos serviços. A avaliação será baseada também nas orientações e metodologias do **ETP**, que indicará se outros critérios adicionais de avaliação são necessários para assegurar a **eficiência e qualidade** do serviço prestado.

#### **7.4. Aferição da Execução Contratual para Fins de Pagamento**

A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, levará em consideração os critérios estabelecidos no **ETP**, que podem incluir:



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

- **7.4.1. Instrumento de Medição de Resultados (IMR):** Este instrumento define as expectativas de qualidade e as condições de pagamento com base no desempenho do contratado. Ele é usado para garantir que a contratada atenda aos níveis de serviço esperados.
- **7.4.2. Indicadores de Desempenho:** A administração deve definir claramente os indicadores de desempenho, como a **qualidade dos estagiários alocados**, a **efetividade da supervisão** e os **relatórios de desempenho**, para monitorar a execução

### 7.5 Acompanhamento do Cumprimento do Contrato:

O acompanhamento do cumprimento do contrato será realizado periodicamente, com base no desempenho dos estagiários e na avaliação contínua das atividades do programa. O COREN-BA e a instituição de ensino serão responsáveis pela supervisão do estágio, realizando o acompanhamento e fornecendo feedback sobre o desempenho dos estagiários, conforme o **Termo de Compromisso de Estágio (TCE)**.

### 7.6. Avaliação da Execução -

Ao final de cada **período/evento de faturamento**:

O **fiscal deverá** verificar o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE), incluindo a **supervisão das atividades** e a **carga horária dos estagiários**. Não será necessário verificar obrigações trabalhistas, como salários e FGTS, que não se aplicam aos estagiários conforme a Lei nº 11.788/2008. O relatório será encaminhado ao gestor do contrato, conforme as disposições do TCE.

### 7.7. Responsabilidade do Contratado - Reparação

O contratado fica **obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir**, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem **vícios, defeitos ou incorreções** resultantes da execução ou dos materiais empregados. A **fiscalização** não atestará a última e/ou única medição de serviços até que todas as pendências apontadas no **recebimento** sejam sanadas, conforme estipulado no **ETP**.

### 7.8. Rejeição de Serviços

Os serviços poderão ser **rejeitados**, no todo ou em parte, quando em **desacordo com as especificações** constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo das **penalidades** cabíveis, conforme as condições definidas no **ETP**.

### 7.9. Reajuste

**7.9.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ----/-----/-----.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

7.9.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do (IGP-M) conforme item 17.2 do ETP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9.8. O reajuste será realizado por apostilamento

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

### 8.1. Infrações Administrativas

Nos termos da **Lei nº 14.133, de 2021**, comete infração administrativa o Contratado que:

- a) Der causa à **inexecução parcial** do contrato;
- b) Der causa à **inexecução parcial** do contrato que cause **grave dano à Administração** ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à **inexecução total** do contrato;
- d) Entejar o **retardamento da execução** ou da entrega do objeto da contratação **sem motivo justificado**;
- e) Apresentar **documentação falsa** ou prestar **declaração falsa** durante a execução do contrato;
- f) Praticar **ato fraudulento** na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo **inidôneo** ou cometer **fraude de qualquer natureza**;
- h) Praticar ato lesivo previsto no **art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013** (Lei Anticorrupção).

### I. 8.2. Sanções Aplicáveis

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações descritas acima as seguintes sanções:

- **8.2.1. Advertência:** Quando o Contratado der causa à **inexecução parcial do contrato**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



### CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

- **8.2.2. Impedimento de licitar e contratar:** Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** Quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

#### 8.2.4. Multa:

- **8.2.4.1. Moratória:** Para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias.
- **8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- **8.2.4.2.1.** O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme o **inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021**.
- **8.2.4.3. Compensatória:** Para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- **8.2.4.4. Compensatória:** Para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.
- **8.2.4.5. Compensatória:** Para a infração descrita na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.
- **8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”,** de **0,5% (meio por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.
- **8.2.4.7. Compensatória:** Para a infração descrita na alínea “a”, de **1% (um por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação

#### 8.3. Reparação Integral do Dano

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência **não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral** do dano causado ao Contratante, conforme o **Art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, que estabelece a necessidade de reparação por parte do Contratado.

#### 8.4. Aplicação Cumulativa das Sanções

Todas as **sanções previstas** neste Termo de Referência poderão ser aplicadas **cumulativamente com a multa**, conforme a gravidade da infração cometida e a legislação vigente.

#### 8.5. Defesa Antes da Aplicação da Multa



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

Antes da aplicação da **multa**, será facultado ao Contratado apresentar **defesa** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua **intimação**, conforme o **Art. 158, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021**.

### 8.6. Multa Superior ao Valor do Pagamento Devido

Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **Contratante** ao **Contratado**, além da perda desse valor, a **diferença será descontada da garantia prestada** ou será cobrada **judicialmente**, conforme o **Art. 158, § 2º da Lei nº 14.133, de 2021**.

### 8.7. Prazo para Recolhimento da Multa

A multa poderá ser **recolhida administrativamente** no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **autoridade competente**.

### 8.8. Processo Administrativo para Aplicação das Sanções

A aplicação das sanções será realizada em **processo administrativo** que assegure o **contraditório** e a **ampla defesa** ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021**, para as penalidades de **impedimento de licitar e contratar** e **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar.

- **8.8.1.** Para garantir a **ampla defesa e contraditório**, as **notificações** serão enviadas **eletronicamente** para os **endereços de e-mail** informados na **proposta comercial**, bem como os **cadastrados** pela empresa no **SICAF**.
- **8.8.2.** Os **endereços de e-mail** informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **SICAF** serão considerados de **uso contínuo** da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das **comunicações** a eles comprovadamente enviadas.

### 8.9. Considerações para a Aplicação das Sanções

Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes aspectos:

- **8.9.1.** A **natureza e a gravidade** da infração cometida;
- **8.9.2.** As **peculiaridades** do caso concreto;
- **8.9.3.** As **circunstâncias agravantes** ou **atenuantes**;
- **8.9.4.** Os **danos** que dela provierem para o Contratante; e
- **8.9.5.** A **implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade**, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### 8.10. Apuração de Atos Lesivos

Os atos previstos como **infrações administrativas** na **Lei nº 14.133, de 2021**, ou em outras leis de **licitações e contratos da Administração Pública**, que também sejam tipificados como **atos lesivos** na **Lei nº 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção)**, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o **rito procedimental** e a **autoridade competente** definidos na referida Lei.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

### 8.11. Desconsideração da Personalidade Jurídica

A **personalidade jurídica** do Contratado poderá ser **desconsiderada** sempre que utilizada com **abuso do direito** para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos **atos ilícitos** previstos neste Termo de Referência, ou para provocar **confusão patrimonial**. Nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos **administradores e sócios** com poderes de administração, e à **empresa sucessora** ou qualquer outra que tenha **relação de coligação ou controle** com a contratada.

### 8.12. Registro de Sanções

O **Contratante** deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da **sanção**, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de **publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e no **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**.

- **8.12.1.** As penalidades serão obrigatoriamente **registradas no SICAF**.

### 8.13. Reabilitação

As sanções de **impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** são passíveis de **reabilitação** na forma do **art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021**.

### 8.14. Compensação de Débitos

Os débitos do **Contratado** para com a **Administração Contratante**, resultantes de **multa administrativa e/ou indenizações**, não inscritos em dívida ativa, poderão ser **compensados**, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o **Contratado** possua com o mesmo **órgão Contratante**, na forma da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022**.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

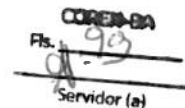
### 9.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

A **modalidade Pregão Eletrônico** será utilizada devido à natureza do serviço, sendo este **comum**, cujos padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos de forma objetiva no edital, com base em especificações usuais de mercado, o que permite a ampla competitividade no certame.

### 9.2. Regime de Execução





## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço global**, com **cobrança de taxa administrativa fixa por estagiário ativo**, sendo vedada qualquer cobrança ao estudante ou à instituição de ensino.

### 9.3. Critérios de Aceitação de Preços

- O **critério de aceitabilidade de preços** será baseado no **valor global estimado** para a contratação, conforme a natureza do serviço de **agenciamento de estagiários**. Os valores unitários serão considerados como base para o cálculo da **taxa administrativa fixa** por estagiário ativo.

### 9.4. Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

- **Habilitação Jurídica:** Para empresas que atuam como prestadoras de serviços de agenciamento de estágio.
- **Habilitação Fiscal:** Regularidade com a Fazenda Nacional, FGTS e Justiça do Trabalho.
- **Qualificação Técnica:** Experiência prévia comprovada na intermediação de estágios, com apresentação de atestados ou documentos que comprovem a competência da empresa na área de agenciamento de estagiários.
- **Certificado de Regularidade de Estágio:** Conformidade com as disposições da Lei nº 11.788/2008, incluindo a celebração de termos de compromisso com as partes envolvidas (art. 3º da Lei nº 11.788/2008).

### 9.5. Qualificação Econômico-Financeira

O fornecedor deverá comprovar sua solvência econômica para garantir o cumprimento das obrigações contratuais, por meio da apresentação de:

- **Balanco patrimonial dos dois últimos anos**, quando aplicável.
- **Certidão de regularidade fiscal e trabalhista.**
- **Comprovação de capacidade financeira** para a execução do contrato e do pagamento das

## 10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 7.935,50 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) mensais**, com um total anual estimado de **R\$ 95.226,00 (noventa e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais)**, conforme a tabela de custos detalhada na cotação de preço.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do ETP.



## CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

**10.3.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- **10.4.1** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- **10.4.2** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- **10.4.3** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- **10.4.4** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. Adequação Orçamentária

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**11.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- **Fonte de recursos:** conta contábil: 6.2.2.1.1.33.90.39.002.011 - Intermediação de Estágios.;
- **Programa de trabalho:** Intermediação de Estágios.;

**11.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. ENCERRAMENTO

Diante da demonstração da **necessidade administrativa**, da **viabilidade técnica e jurídica** da contratação, da **adequada estimativa de preços** e da **definição clara dos requisitos de execução e gestão contratual**, conclui-se pela **viabilidade da contratação** objeto deste **Termo de Referência**.

O presente **Termo de Referência** foi elaborado com base na **Lei nº 14.133/2021**, **Lei nº 11.788/2008** (Lei de Estágio), e demais **normativos complementares aplicáveis**, bem como no **Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da Advocacia-Geral da União (AGU/2025)**. Este documento servirá de base para a formalização do processo de **contratação por pregão eletrônico**, conforme os termos do **art. 28, inciso II** e **art. 32, §1º** da **Lei nº 14.133/2021 – Pregão, critério de menor preço**, para **aquisição de serviço comum** da nova **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**.

O documento segue acompanhado dos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)**, do **mapa de riscos** e da **estimativa de preços**, devidamente instruídos nos autos do processo.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA**  
**Despacho da Autoridade Competente**

Considerando a justificativa técnica constante do **Estudo Técnico Preliminar** e o **valor estimado da contratação**, o **custo estimado total** da contratação, que corresponde ao **valor máximo aceitável**, é de **R\$ 7.935,50** (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos) mensais, com um total anual estimado de **R\$ 95.226,00** (noventa e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais), conforme a tabela de custos detalhada na **cotação de preço**.

**AUTORIZO** a contratação por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, nos termos da legislação vigente.

Salvador, 18 de Agosto de 2025.

**Presidente do COREN-BA:**

\_\_\_\_\_

**Elaborado por:**

**Aline de Oliveira Souza Dourado**

Departamento Técnico de contratos e convênios

Matrícula: 43625

**Ciente:** \_\_\_\_\_

COREN-BA

Fts. \_\_\_\_\_

Servidor (a) \_\_\_\_\_

**UNIDADE DE COMPRAS E MANUTENÇÃO – UCM**  
**COTAÇÃO DE PREÇO Nº 45/2025****I. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

O objeto da presente contratação trata-se de estabelecimento de custo médio de taxa administrativa de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento, integração e intermediação de estágios.

**II. PARÂMETROS CONSULTADOS**

Foram priorizadas a consulta aos sistemas oficiais de governo e às contratações similares feitas pela Administração Pública, em conformidade com o Art. 5º, § 1º da IN Seges/ME nº 65/2021.

**III. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS**

A série de preços coletados encontram-se pormenorizadas na planilha de custos e formação de preços abaixo:

**CATSER 15156 – ADMINISTRAÇÃO / EXECUÇÃO PROJETO EDUCACIONAL / CONVÊNIO / ESTÁGIO / UNIVERSITÁRIO / MONITOR**

<b>PREÇO 1</b>	<b>PREÇO 2</b>	<b>PREÇO 3</b>
R\$ 101,14	R\$ 174,00	R\$ 201,00

**IV. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO**

A obtenção do preço estimado deu-se com base na média dos valores obtidos na pesquisa de preços, em razão do quantitativo de estagiários a serem contratados próximo do quantitativo necessário para a Autarquia.

É importante ressaltar que o objeto desta cotação se refere a **taxa administrativa** que as empresas cobram dos órgãos pela prestação do serviço de agenciamento. A referida taxa é

calculada sobre o valor total do quantitativo de estagiários a serem contratados durante determinado período.

Com isso, a seguinte metodologia foi utilizada:

Nº DO ITEM	MÉTODO UTILIZADO	JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA
Preços 01 a 03	Média	Contratações em que foram cobradas a taxa de administração do serviço

#### V. MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

Com base nos preços levantados, o valor estimado da taxa administrativa para a prestação de serviço de agenciamento, integração e intermediação de estágios apresenta o custo de **R\$ 158,71 (cento e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos)**, conforme memória de cálculo abaixo:

PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	MÉDIA
R\$ 101,14	R\$ 174,00	R\$ 201,00	<b>R\$ 158,71</b>

Considerando a previsão da prestação do serviço durante o período de 12 meses; que a referida taxa incide diretamente no quantitativo de estagiários a serem contratados e que há a previsão da necessidade de 50 estagiários para a execução de atividades na Autarquia, o custo médio da referida contratação apresenta o **valor mensal de R\$ 7.935,50 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos)** e **anual de R\$ 95.226,00 (noventa e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais)**, conforme tabela abaixo:

VALOR MÉDIO UNITÁRIO	QTD. DE ESTAGIÁRIOS	CUSTO MENSAL	CUSTO ANUAL
R\$ 158,71	50	R\$ 7.935,50	R\$ 95.226,00

#### VI. IDENTIFICAÇÃO DO AGENTE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS

A presente pesquisa de preço foi conduzida por Mario Robson, matrícula nº 16409.

  
**MARIO ROBSON**  
 Divisão de Cotação e Contrato

Salvador, 07 de agosto de 2025